

Aos seis dias do mês de Julho de 2023, reuniram-se no colégio Bom Jesus, para a 6ª Reunião Ordinária, os membros do Conselho Municipal de Educação: Aldren da Cruz Singer de Mello, Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosario, Barbara Princival Cordeiro, Carmem Lúcia de O. Rocha, Claudio da Silva Primo, Clicie Maria C. Negoseki, Dhebora Cristina da Silva, Fabio Braun, Juliana Grebe Ferraz, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de C. Hitner, Marilza Aparecida P. Teixeira, Marinês Gabriela C. Jarek, Maristela do Rocio Dittert, Rodrigo Cardoso Gomes, Rosiani Silva Franchetto, Stela Regina G Wontroba. Como convidado, Rodrigo Cristiano de Oliveira.

A 6ª (sexta) Reunião Ordinária do Conselho Pleno é iniciada com a Presidente Ana Lucia solicitando que seja confirmado a presença ou justificado a ausência, pois é importante para poder verificar o quórum, seguindo a pauta a Conselheira Presidente Ana Lucia apresenta o orçamento do conselho que foi solicitado para conhecimento de todos, o mesmo é compartilhado em tela e a Presidente explica que o valor total há alguns anos é R\$ 25.000,00 para os três Conselhos e um comitê, e diz que esse valor precisa ser conversado, porque está baixo, mas que no ofício enviado pelo Secretário está colocado que os pedidos serão atendidos desde haja disponibilidade financeira e tempo hábil para o trâmite do processo e que se algum dos Conselhos tiver previsão de formação, tem que enviar bem antes para a Secretaria poder programar, e cita que em novembro terá o Encontro Nacional da UNCME, será no Rio Grande do Sul em Nova Petrópolis, então será solicitado quais são as pessoas interessadas para ver quantas pessoas vai ser possível dentro do orçamento fazer o encaminhamento para essas formações, o município que paga o transporte e a hospedagem. Segue para a segunda pauta que é o processo de uma criança do CMEI O Meu Pé de Laranja Lima, que já foi comentado na reunião anterior, “é uma criança que está tendo faltas no CMEI porque a mãe está solicitando que essa criança freqüente meio período, pois tem problema de alimentação e tem laudo de autismo, tivemos alguns laudos encaminhados pela mãe, e alguns pela direção do CMEI, e algumas declarações do CMEI.” A Presidente Ana Lucia pede para a Conselheira Presidente da Câmara de Educação Infantil, Marilza, fale sobre o que foi decidido. A Conselheira Marilza explica que “o CMEI encaminhou para o conselho uma solicitação, foi conversando com a mãe, com o Departamento de Educação Especial, e foram analisados alguns documentos, a queixa da mãe é que a criança não consegue se alimentar, então está solicitando que a criança fique meio período no CMEI, no período da tarde, foram feitas 2 reuniões para a analisar toda a documentação, tem a documentação médica, tem o Parecer da Unidade, o Parecer da Educação Especial, e a Câmara de Educação Infantil, não se opôs ao pedido de meio período, até porque a criança autista, vai ter

outros atendimentos e assim possibilita que a mãe leve a criança nesse contraturno, que vai ser a nossa sugestão para que leve a criança no período da manhã nos atendimentos e freqüente o CMEI no período da tarde.” A Presidente Ana Lucia complementa dizendo que isso já foi permitindo para uma criança, mas foi no período da manhã, e que o Conselho Nacional, o Estatuto da Criança e a Constituição, coloca que a responsabilidade maior pela criança é a família e que nesse caso é uma criança do infantil III, “não é obrigatório, se a família está disposta a ficar meio período, quem somos nós para dizer que não? Foi isso que conversamos na Câmara e que bom que mãe quer fazer esse atendimento de meio período, ao contrário seria preocupante, a criança com tantos problemas e a família querendo deixar no CMEI o dia todo e não fazer o atendimento mais próximo.” A Presidente Ana Lucia coloca que o precisa dar a resposta logo, porque a mãe não está levando a criança para a Escola porque não consegue tirar ela no meio período. E que a Câmara de Educação Infantil foi favorável ao pedido da mãe. A Conselheira Marilza confirma e coloca que foi considerado que a mãe vai precisar fazer com essa criança os atendimentos médicos e que só precisa alinhar o horário de entrada, foi sugerido de que seja às 13h, porque é o horário do meio período e para não desorganizar o CMEI, e mesmo assim a criança ainda terá o café e a sopa, para ir testando a questão da alimentação. A Presidente Ana Lucia coloca que é importante que a família tenha o seu pedido atendido nesse momento, “são casos excepcionais, mas enquanto Conselho não podemos deixar de atender, tem o direito da criança que é maior do que qualquer coisa, está previsto tanto na constituição, como no Estatuto da Criança e do Adolescente, e as orientações sobre a alimentação, é claro, ela vai receber, mas acreditamos que essa previsão da mãe colocar a tarde, é para que ela possa dar o almoço em casa, mas a mãe não quer deixar a criança sem vir para o CMEI, para ter contato com outras crianças, pois isso é importante.” A Presidente Ana Lucia pergunta se pode colocar para votação e lembra que quem vota são somente os titulares e os suplentes dos titulares ausentes, em seguida pergunta: “tem alguém que não é favorável a essa criança vim meio período?” ninguém se manifesta, A Presidente Ana Lucia pergunta se alguém quer se abster? Novamente ninguém se manifesta, então declara aprovada a solicitação para que essa criança possa freqüentar somente o período vespertino. A Presidente Ana Lucia coloca quem são os titulares: “eu, Ana Lucia, o Luiz Carlos, a Clície, a Marinês, a Izala, a Madalena, a Fátima Cardoso, a Queila, a Mônica, a Stela, a Isabel, a Leila, porque o Fábio não está presente, o Rodrigo Gomes, a Carmen Lucia e a Aldren, os demais são suplentes ou estão como convidados.” A Conselheira Marillette coloca que esse caso tinha vindo para o NUDCAI e que eles, junto com a Educação Infantil, repassou para o Conselho, e pergunta: “ Se a caso aparecer uma nova situação dessa, a gente tem

que fazer novamente encaminhamento para o Conselho, ou a gente já pode deliberar essa ação?” A Presidente Ana Lucia responde que precisa vim para o Conselho, porque são casos excepcionais e o Conselho tem uma Deliberação que ainda está vigente, que é o integral 7 horas, a próxima Deliberação que está sendo estudada pela Câmara, será liberado que a Secretaria veja esses casos, mas que também estão estudando para que haja o meio período para quem está hoje no integral na fase não obrigatória. “isso irá resolver bastante, porque algumas famílias se vêem obrigadas e não podem tirar mais cedo, teve uma Unidade que teve vários pedidos, então tem essa previsão e como tem a questão da família poder ficar com as crianças, que não é só um direito, é uma obrigação, por isso que temos o período do recesso de julho, esse recesso é previsto pelo Conselho Nacional de Educação, que é o período que a criança tem que ter um “respiro” para ficar com a família, por mais que os pais trabalhem, é necessário, no caso anterior que nós aprovamos, a mãe trabalha pela manhã das 06h às 12h, ela pediu para que liberasse o meio período, porque ela trabalhava aos finais de semana, então ela precisava ficar com o filho, porque no sábado e domingo quando a criança estava em casa, ela tinha plantão, então ela queria ficar no período da tarde e a noite com a sua criança, então não tem como a gente obrigar, porque o nosso período obrigatório são 4 horas, então é essa previsão que a gente vai ter, por enquanto tem que encaminhar, porque cada situação é uma situação e se a gente começar a liberar sem ter uma normativa, vai começar a chover casos de gente querendo, e a Secretaria não vai dar conta, a escola não vai dar conta, e também pode ter aqueles casos em que hoje quer o meio período e amanhã eu quero voltar para o integral, por isso precisa vim para o Conselho para que a gente normatize que ela vai permanecer meio período até o final do ano, porque envolve várias situações, transporte, alimentação, e a organização da unidade de ensino, e a documentação, é importante que venha para o Conselho neste momento.” A Conselheira Marillette concorda e agradece a explicação. A Presidente Ana Lucia complementa que a questão das faltas, precisa colocar no documento que serão justificadas, apesar da Educação Infantil não ter nenhum prejuízo em relação às faltas, “mas, tem a questão que inclusive a unidade ligou e disse que estava tirando a vaga de outra criança, mas ela está justificada, ela só vai perder a vaga se a família não der justificativa nenhuma e desaparecer, essa é a previsão da nossa Deliberação do ano passado, só nesses casos, do contrário a criança ainda tem direito a essa vaga.” A Presidente Ana Lucia segue para o próximo item da pauta que o pedido de alteração de horário do CMEI João de Barro Preto, que está solicitando o fechamento ao invés de às 18h, fosse às 17h30, foi apresentado na reunião passada e foi para estudo da Câmara de Educação Infantil, “pela nossa pesquisa da Câmara, tem crianças sim no

período das 17h30 até as 18h, porque foi feita uma pesquisa no início do ano para verificar quantas crianças permaneciam do horário das 07h às 07h30 e das 17h30 às 18h, porque vinha uma solicitação das Unidades pedindo para reduzir, foi solicitado um Parecer da Secretaria a respeito, a Néia irá colocar em tela e o Luiz vai fazer a leitura.” Na sequência o ofício nº 729/2023 – SEMED é compartilhado e lido pelo Conselheiro Luiz, no Ofício a Secretaria não deferiu o pedido, pois modifica o período de atendimento de 11h para 10h30, e que também fere o direito de outras Unidades do Município, o que pode gerar transtornos futuros para a população e para a Secretaria e justifica também que todas as Unidades possuem vigilantes. A Presidente Ana Lucia coloca que é atribuição da Secretaria colocar o horário funcionamento das Unidades, pela questão da logística. A Conselheira Presidente da Câmara de Educação Infantil, Marilza, complementa que a discussão foi baseada no retorno da Secretaria, pois é ela quem decide isso, “e como foi alegado a questão da segurança e agora já tem vigilante em todas as Unidades, agora não faz sentido, tem outros pedidos de outras Unidades, mas isso será discutido na próxima resolução que estamos organizando, por enquanto é seguido essas 11h determinadas pela Secretaria, que é o que está previsto na nossa Deliberação também.” A Presidente Ana Lucia lê o que foi colocado no chat pelo conselheiro Rodrigo: “*O CMEI não é isolado, ele tem residências e empresas próximas.*” A Presidente Ana Lucia coloca que “o principal é que tem crianças depois desse horário, se tem apenas uma criança, ela precisa ser atendida, então o horário de atendimento permanece, alguém contrário ao parecer da Secretaria de Educação? Ninguém se manifesta contra, a Presidente Ana Lucia conclui que o Parecer do Conselho é que permaneça o horário determinado pela Secretaria e não somos favoráveis a solicitação do CMEI, lembrando sempre que essa é uma determinação da Secretaria de Educação, a Diretora me ligou e ela achou que era o Conselho que define e não a Secretaria. Não tem como o Conselho decidir porque há uma questão de logística, então o nosso Parecer é não favorável a alteração do horário, na sequência a Presidente Ana Lucia pergunta se há alguma abstenção? Ninguém se manifesta. A Presidente Ana Lucia menciona que o Conselheiro Fábio acabou de entrar na reunião e avisa a Conselheira Leila que agora o Fábio que tinha o direito de votar. Segue para a próxima falta que é a solicitação de permanência na flexibilização de horários para o CEMAEE Rubem Alves, o ofício nº14/2023 do CEMAEE, encaminhado pela Secretaria é colocado em tela e lido pelo Conselheiro Luiz, o CEMAEE solicita a permanência do seu atendimento das 08h às 12h e das 13h às 17h, que já foi autorizado antes da pandemia pela SEMED. A Presidente Ana Lucia pede para a Clície que é a Diretora do Departamento de Inclusão e Educação Especial, para se manifestar sobre essa situação. A Conselheira

Clicie explica que o CEMAEE Rubem Alves fica no São Marcos e atende a Escola Eugênia Talamini e a Ezaltina da zona urbana e atende também da zona rural, Divahê, Clodoaldo, Carlos Gomes, Luiz Singer, e há uma dificuldade quanto ao transporte “porque o horário do ônibus chega muito cedo no CEMAEE, e às vezes sai antes das 11h para ir embora ou tem um ônibus só meio dia e pouco, por um pedido das famílias, e como saiu uma Deliberação do Conselho reorganizando o horário das Unidades para que todas trabalhassem das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h, eu solicitei que a Isa enviasse novamente a solicitação para que seja votada no Conselho e para que nenhuma outra Unidade possa questionar o horário de trabalho, porque é uma organização diferente, mas nós temos que atender as famílias, e a necessidade das famílias, porque eles vão com ônibus de linha, então fica um horário ruim para as famílias possam ir e vim, e para que elas não fiquem muito tempo fora, esperando, por isso a necessidade de adequação do horário.” A Presidente Ana Lucia corrige que o Conselho não delibera pelo horário das Escolas, é uma determinação da SEMED, o CEMAEE Rubem Alves já estava funcionando dessa forma, então veio para regulamentar, pois seria a única que funcionaria nesse horário por uma questão excepcional, “temos alguns casos que precisa dessa adequação de horários como, por exemplo, na zona rural, mas o Rubem Alves veio para oficializar, porque eles já tem esse funcionamento que é o melhor neste momento para o atendimento das Unidade de Ensino.” A Conselheira Clicie coloca que se expressou errado, “!não saiu uma deliberação do Conselho, a SEMED junto com o Conselho, passou a consulta para o Conselho no final do ano passado, então eu achei melhor que passasse a consulta desse CEMAEE.” A Conselheira Mônica pergunta se essas solicitações vinda dos pais tem documentado? A Conselheira Clicie responde que não, mas que pode solicitar. A Conselheira Mônica coloca que seria bacana, porque senão o CMEI que acabaram de negar a alteração de horário, talvez tenha questionamento. A Conselheira Clicie coloca que eles estarão trabalhando 8h diárias e 40h semanais, não irá diminuir a carga horária, só está readequando o horário de entrada e saída. A Presidente Ana Lucia explica que são situações diferentes, pois o CMEI está pedindo redução do horário, o CEMAEE está pedido só está trocando e começando mais tarde, “e entra a questão da logística para o atendimento e a questão da distância e o atendimento as famílias, a questão do CMEI é diferente pois vai reduzir as 11h de atendimento para 10h e 30 min, inclusive o ano passado nos deliberamos e a SEMED deu um parecer favorável e tem um CMEI que está funcionando 10h, vamos fazer um questionamento para a Secretaria por causa desta situação que veio, para que esse CMEI também retorne para as 11h, com as demais.” A Conselheira Mônica diz que os questionamentos vão vim, e vem pesado, então por isso ela precisa ficar bem esclarecida para quando for

questionada ela poder explicar o porquê do voto, e se tem a questão da comunidade explicando, acho um respaldo válido. “Mas essa questão do outro CMEI que está funcionando 10h tem que ser vista.” A Presidente Ana Lucia diz que vai fazer o encaminhamento para que seja revisto, “porque teve uma aprovação da Secretaria, então o Conselho deu favorável, então agora a gente retoma isso, para que volte ao horário normal, como todas as demais, para a gente não ter problemas.” A Conselheira Mônica agradece o esclarecimento. A Presidente Ana Lucia pergunta se entre há alguém contrário a solicitação de manutenção do horário do CEMAEE Rubem Alves das 08h às 12h e das 13h às 17h? Não houve manifestações contrárias e nem abstenções. A Presidente Ana Lucia passa para a próxima pauta sobre os Regimentos Escolares dizendo que já foi feita a análise da Divisão de Estrutura e Funcionamento, e pelo Conselho e foram devolvidos alguns que não estavam completos, ou que precisava de algum ajuste. A Secretária Néia faz a leitura dos nomes dos 44 (quarenta e quatro) CMEIs, a Presidente Ana Lucia faz a leitura dos nomes de 37 (trinta e sete) Escolas Municipais e coloca que os demais ainda estão em análise e serão apresentados na próxima reunião, na sequência faz a leitura dos Centros de Educação Infantil, Escolas e Colégios da rede privada. Após a leitura a Presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário a homologação dos Regimentos Escolares, e complementa que após irá também para a homologação do Secretário e então se emite a Portaria. O Conselheiro Rodrigo lembra que os regimentos assim como os PPPs vêm com o Parecer de legalidade, assinado pelo Conselho Escolar, Conselho CMEI de cada Unidade, é um documento construído junto e dialogado e vem com o Parecer de legalidade assinado pelos Conselheiros das Unidades. A Presidente Ana Lucia reforça que passa pelo Conselho Escolar essa manifestação, antes de ser encaminhado para a Secretaria de Educação, e depois é feito os ajustes para que fique adequado, e que antes de encerrar o mês de Junho is regimentos já serão enviados para as Unidades, já homologados e com a Portaria do diário Oficial. A Presidente Ana Lucia então declara que como não houve contrários, estão aprovados os Regimentos Escolares das Unidades cujos nomes foram lidos. A Presidente Ana Lucia lê a manifestação escrito no chat pelo conselheiro Fabio, a respeito do CEMAEE Rubem Alves “Se for melhor para a população, está ok” e comenta que é importante a representação de pais fazer essa manifestação nas reuniões. Seguindo a pauta a Presidente Ana Lucia faz a leitura das Unidades do Programa de Aquisição de Vagas, são 3 (três) Unidades para renovação e contratação, CEI Betel, SSJ (Estrela Guia São Marcos) e o CEI Mundo Mágico das Letrinhas Coloridas, a Presidente pergunta se alguém é contrário. O Conselheiro Luiz reitera que “a contratação de novos, são os CEIs que já tem contrato, mas venceu o 5º ano de acordo com a legislação, mas como

as crianças mantêm então não pode ser renovado, tem que ser feito um contrato novo e renovação.” Ninguém se manifestou contrário as Unidades apresentadas para o Programa de Aquisição de Vagas, então segue-se para a próxima pauta. A Presidente Ana Lucia coloca que a Escola Elite ambiental solicita o credenciamento para o Oferta da Educação Infantil, retroativo ao ano de 2021 e adequação da Denominação de Escola Elite Ambiental para Colégio Elite Ambiental, complementa que a Divisão de Estrutura deu parecer favorável, foi feito relatório e visita in loco, a Presidente apresenta também o Processo da Escola Renovação que solicita Cessação Definitiva da Educação Infantil a partir de 2023, então pergunta se há alguma manifestação contrária, ninguém se manifestou. A Próxima pauta é sobre as correspondências recebidas e coloca que foi solicitado para a SEMED, pelo Conselho, a lista das Unidades que fazem parte do Programa de Aquisição de Vagas, então faz a leitura das 19 (dezenove) Unidades contratadas para o Programa, e lembra que essas unidades devem seguir o calendário e as ações da Secretaria e da Prefeitura Municipal. O Próximo é uma alteração de sábado letivo, ofício nº900/2023 - SEMED que solicita a alteração da data do CEMAEE Anne Sullivan e da Escola Especial Ilza de Souza Santos que estão previsto no calendário no dia 17/06, para 24/06, justificando que no dia 24/06 estas Unidades estarão realizando o evento Rodinhas Acessíveis, ninguém se colocou contrário a alteração solicitada. A Presidente Ana Lucia coloca o convite recebido da Solenidade de entrega do prêmio MPT na Escola, que será no dia 15 de junho, no SESC, às 14h, o evento está sendo organizado pelo NUDCAI, na sequência apresenta o calendário do Centro de Educação Infantil Riquezas da Vida, e cita que é uma Unidade nova, o calendário foi enviado a mais de um mês e que agora está adequado de acordo com o solicitado, A Presidente pergunta se há alguém contrário a homologação do calendário, ninguém se manifesta. A Presidente Ana Lucia faz a leitura de algumas informações que saram no diário oficial, “No dia 24 de maio saiu a Lei 4.234, que institui o dia Mundial de Conscientização do uso saudável e seguro da Internet no âmbito do Município de São José dos Pinhais e dá outras providências.” em seguida faz a leitura de toda a Lei, e complementa achar muito importante, e fundamental para os problemas que estão tendo hoje, sobre o uso inadequado da internet pelas crianças. “A Lei nº 4.216 de 15 de maio de 2023 que dispõe sobre a inserção do símbolo do transtorno do espectro autista na indicação de assentos preferenciais no transporte coletivo publico do Município de São José dos Pinhais, é muito importante que seja colocada essa indicação nos assentos. A Lei 4.218 de 15 de maio que estabelece a Política Municipal de Proteção dos Direitos da pessoa com Síndrome de Down e dá outras providências, temos também, saiu o Decreto 5.359 de 16 de maio de 2023, prorrogando por mais

um ano o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para a contratação de Professores, o Decreto do ponto facultativo que saiu na semana passada, emendando, apesar de que nas nossas Unidades já estava previsto em calendário, saiu também a Portaria nº 71/2023 da SEMED, designando os seguintes servidores para a Comissão para análise da redução e apoio a inclusão nas Unidades Municipais de ensino, conforme a Deliberação que nós temos aí a Resolução do Conselho, no Departamento de Educação Especial é a Ana Paula Leiko Yaneoka, e a Leila Biasuz, no Departamento de Educação Infantil a Ivani Luiz Souto e Solange Aparecida Rosa, e no Departamento de Ensino Fundamental, Márcia Valaski e Priscila do Carmo Bruno da Costa, essa equipe que vai passar pelas Unidades para fazer a análise das crianças de inclusão e se as turmas fazem redução da quantidade de crianças, essa é a intenção, saiu também o 5º Prêmio de Boas Práticas na Gestão Pública do Município de São José dos Pinhais, no dia 31 de maio de 2023, com a intenção de colocar quais são as entidades que estão interessadas em ações, referentes ao nosso Município e que envolva a comunidade ou outras comunidades, e a última é que houve alteração na lei 3.621 de 31 de agosto de 2020, que dispõe sobre o professor nota 10 e que altera e passa a vigorar que serão indicados 3 (três) professores, sendo um representante de cada uma das modalidades, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Especial e caberá ao Executivo através da Secretaria competente, fazer a indicação dos professores que receberão a honraria em solenidade oficial, então são esses os Decretos e as leis oficiais que saíram.” A Presidente Ana Lucia é lembrada pela Secretária, de que não foi eito a aprovação da ata da reunião anterior, então pergunta se há alguma manifestação sobre, e ninguém se manifesta. O Conselheiro Luiz coloca que hoje todos os CMEIs já estão com seus respectivos seguranças, todas as Unidades dos CMEIs. A Presidente Ana Lucia agrade a manifestação do Conselheiro Luiz e coloca que provavelmente ainda esse mês terá outra reunião, presencial, será extraordinária e presencial. A Conselheira Dheborá registra a situação da Escola em que trabalha dizendo que: “sei que não é só da minha Escola, sobre a questão da falta de funcionários, eu como pedagoga já estou sozinha oficialmente desde o início desse ano, mas desde o ano passado a minha colega estava tirando licença para se aposentar, a gente está sem um secretária e sem dois professores a tarde, e não tem mais PSS para chamar, a gente está com uma situação bem complicada, sei que a minha não é a única Unidade, mas que queria ver de que forma que isso pode ser cobrado da Secretaria para que se agilizem esses chamamentos, eu sei que teve chamamento para pedagogo mas a vaga da minha escola não foi aberta, a Rosane já está aposentada desde o primeiro dia de aula desse ano, teve outro chamamento de pedagogo mas até agora nada, a nossa secretária saiu de licença

médica, a gente está só com uma auxiliar administrativo e isso tem sobrecarregado demais as equipes.” A Presidente Ana Lucia questiona quantas turmas tem na Unidade. A Conselheira Dhebora coloca que contando com o integral são 10 (dez) de manhã e 10 (dez) a tarde. A Presidente Ana Lucia coloca que “a escola tem direito a mais um pedagogo, sobre o secretário a Unidade é uma das poucas que tem 2 (dois), mesmo as maiores só tem um, então provavelmente não vá alguém, até porque ela está de licença saúde, então provavelmente a auxiliar administrativo deve assumir a secretaria, isso estou falando, Ana Lucia, de acordo com aquilo que a gente prevê, e tem Unidades ainda que não tem secretário, então aos poucos a SEMED está fazendo chamamento e colocando nas Unidades de Ensino, então essa questão de vim mais um secretário é mais complicado para o Leonilda, a questão do professor e do pedagogo, a gente pode conversar com a SEMED para ver, mas eu acredito que já tem uma previsão aí sobre o pedagogo e o professor vamos ver as ações, logo vai sair o concurso também, vamos ver como que resolve essa situação, então a gente trás na próxima reunião sobre o que foi conversado.” A Conselheira Dhebora coloca que “está bem complicado tirar permanência, pagar, tirar isso, tirar aquilo, a gente já está indo para a 3ª semana sem professor.” A Presidente Ana Lucia diz: “ok, já anotei aqui.” A Presidente pergunta se há mais alguma manifestação, ninguém se coloca, então agradece a participação de todos e a reunião é encerrada. A Presidente Ana Lucia coloca que acabou esquecendo de colocar a questão da EJA, terá mais uma reunião e na próxima já vai aprovar a deliberação da EJA, aí já iremos fazer o encaminhamento para a Educação Integral.

Eu, Valdinéia Santos de Lima, lavrei a presente ata e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

